



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MARIA GABRIELA SOUSA LEITÃO

**O MOVIMENTO DE MULHERES NO CAMPO DE PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA
LITERATURA ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2021.**

REDENÇÃO

2022

MARIA GABRIELA SOUSA LEITÃO

**O MOVIMENTO DE MULHERES NO CAMPO DE PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA
LITERATURA ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2021.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Ceará.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

REDENÇÃO

2022

Todos os direitos reservados. De acordo com a lei n.º 9.610, de 19/02/01998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma ou por meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento dos autores e dos editores.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab
Sistema de Bibliotecas da Unilab - (Sibiuni)
Catalogação na fonte

Bibliotecária: **Elineuza dos Santos Ferreira** – CRB-3 / 1132

Leitão, Maria Gabriela Sousa.

L533m

O movimento de mulheres no campo de públicas: uma análise da literatura entre os anos de 2003 a 2021. / Maria Gabriela Sousa Leitão. – Redenção, 2021.

52p.

Inclui referências.

Monografia – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Bacharelado em Administração Pública. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Barbosa da Conceição

1. Movimentos Sociais. 2. Mulheres 3. Movimento Feminista 4. Políticas Públicas - Mulheres. I. Título.

CDD 303.484

CE/UF/BSCA

FOLHA DE APROVAÇÃO


MARIA GABRIELA SOUSA LEITÃO

O MOVIMENTO DE MULHERES NO CAMPO DE PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof.^a Eliane Barbosa da Conceição, apresentado ao Curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Administração Pública.

APROVADA EM: 29/07/ 2022

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ELIANE BARBOSA DA CONCEICAO
Data: 03/08/2022 13:14:57-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>


Prof. Dra. ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Prof. Dra. JACQUELINE DA SILVA COSTA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente
 JOAO COELHO DA SILVA NETO
Data: 05/08/2022 09:34:16-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dra. JOÃO COELHO DA SILVA NETO

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Á aquelas que tiveram que ir muito cedo para a casa do Pai e o que me restaram foram suas memórias.

(Josy e Lúcia)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a minha família por todo amor, carinho, apoio e suporte, sem vocês eu não sei onde estaria. À minha irmã (Adriely de Cássia) por me fazer acreditar que a Educação pode transformar as nossas vidas. Irmã, nós mudamos a geração da família.

A Professora Eliane Barbosa da Conceição, por me apresentar que existe um mundo de possibilidades quando o/a aluno/a se dispõe a investigar e conhecer outras fronteiras do conhecimento.

Ao Professor Pedro Rosas Magrini e ao Professor Miguel Dias Caetano, por me acolherem como monitora em suas disciplinas na graduação, obrigado por todos seus ensinamentos e por fazerem parte do meu processo de formação.

Aos amigos da vida (Lygia Stefani, Jaylla Saldanha, Daniele Lopes e Ronierio Andrade) e aos colegas do curso, obrigado por acreditarem em mim e por estarem comigo durante o meu percurso. Aos ex-membros da Empresa Júnior de Administração Pública (Roniele Paiva, Luís Carlos, Álvaro Carlos, Débora Rocha e Hiago Oliveira). Aos professores Maria Vilma Coelho Moreira Faria e João Coelho da Silva Neto, obrigada por todo o suporte no desenvolvimento do projeto na época.

As minhas antigas professoras que também participaram da minha formação, a Professora Daiane Mülling Neutzling, a Professora Marina Dantas Figueiredo e a Professora Mariana Cantidio Mota Bezerra de Menezes, meu profundo agradecimento.

Agradeço a todos os professores do Curso de Administração Pública, em especial aos já citados anteriormente e aos professores Alexandre Oliveira Lima e Carlos Airton Uchoa Sales, à Coordenação do Curso da Unilab e ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

E por último, agradeço a UNILAB.

RESUMO

Devido ao processo de invisibilidade e opressão a que foram submetidas e de exclusão do processo do registro histórico e da criação de teorias, nas sociedades ocidentais, as mulheres passaram a assumir um papel de sujeitas do conhecimento, especialmente a partir da segunda onda do feminismo. Desse período em diante, dedicaram-se de modo mais sistemático, à produção de teorias, a partir das mais diversas áreas do conhecimento. Este estudo busca analisar na literatura da Administração Pública e na Revista de Estudos Feministas trabalhos que abordem o movimento de mulheres no campo de públicas no período de 2003 a 2021 no Brasil. O recorte do ano inicial se dá pela criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, uma demanda antiga do movimento de mulheres brasileiro. Sobre a metodologia, a pesquisa tem abordagem qualitativa e adota como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica. Assim, primeiro realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema políticas públicas, além de apresentar o contexto histórico sobre questão das mulheres na sociedade. Em seguida, realiza o levantamento, seleção e análise de artigos acadêmicos que tratam do tema. Os textos examinados foram retirados das seguintes revistas: Revista Estudos Feministas, Revista de Administração Pública, Revista do Serviço Público, Caderno Gestão Pública e Cidadania, Administração Pública e Gestão Social. Os resultados apresentam um perfil das publicações, como: as demandas mais recorrentes, as demandas menos recorrentes, as demandas não tratadas nos textos selecionados e as políticas públicas discutidas nestes estudos. O que se pode concluir é a questão de trabalho aparenta ser a mais frequente nos trabalhos analisados, uma vez que a igualdade de gênero é explorada junto com essa temática. Dessa forma, o estudo contribui com um debate que é caro aos movimentos sociais no país, que é o como o movimento de mulheres consegue articular demandas/ pautas a efetivação de políticas públicas pelo Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Movimento sociais. Mulheres. Movimento feminista. Políticas públicas - mulheres.

ABSTRACT

Due to the process of invisibility and oppression to which they were submitted and of exclusion from the process of historical record and the creation of theories, in western societies, women began to assume a role as subjects of knowledge, especially after the second wave of feminism. From that period on, they dedicated themselves in a more systematic way to the production of theories, from the most diverse areas of knowledge. This study seeks to analyze in the literature of Public Administration and in the Revista de Estudos Feministas papers that address the women's movement in the field of public administration from 2003 to 2021 in Brazil. The initial year was chosen because of the creation of the Secretariat of Policies for Women in 2003, an old demand from the Brazilian women's movement. Regarding methodology, the research has a qualitative approach and adopts a bibliographic review as a research technique. Thus, it first performs a literature review on the theme public policies, in addition to presenting the historical context of the women's issue in society. Then, it surveys, selects and analyzes academic articles that deal with the theme. The texts examined were taken from the following journals: Revista Estudos Feministas, Revista de Administração Pública, Revista do Serviço Público, Caderno Gestão Pública e Cidadania, Administração Pública e Gestão Social. The results present a profile of the publications, such as: the most recurrent demands, the less recurrent demands, the demands not dealt with in the selected texts, and the public policies discussed in these studies. What can be concluded is that the issue of work seems to be the most frequent in the analyzed works, since gender equality is explored along with this theme. In this way, the study contributes to a debate that is dear to social movements in the country, which is how the women's movement manages to articulate demands/ agendas to the realization of public policies by the Brazilian State.

Keywords: Social movement. Women. Feminist movement. Public policies - women.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMPPM	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
CNPM	Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
FUNAPS	Fundo de Assistência à População Moradora em Habitação Subnormal
GRPE	Programa de Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego
LGBT +	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LMP	Lei Maria da Penha
MM	Movimento de Mulheres
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MMP	Movimento de Mulheres Pescadoras
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU MULHERES	Organização das Nações Unidas Mulheres
OPM	Organismo de Políticas para as Mulheres
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PBF	Programa do Bolsa Família
PIM	Primeira Infância Melhor
PNPM	Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
PP	Política Pública
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAP	Revista de Administração Pública
REDALYC	La Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
REF	Revista Estudos Feministas
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEORICO	13
2.1 Políticas Públicas, atores e a importância dos movimentos sociais.	13
2.2 A história da mulher nas sociedades	15
3 METODOLOGIA.....	25
4 RESULTADOS	28
4.1 Demandas mais discutidas	28
4.2 Demandas menos discutidas	33
4.3 Demandas não identificadas.....	33
4.4 Políticas Públicas Discutidas.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES	48

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista surgiu da necessidade das mulheres de se organizarem como um grupo de interesses que tem um objetivo em comum, ele coloca em questão as diferenças históricas entre os gêneros. Algo já constatado na sociedade e em estudos que analisam o sistema patriarcal. O direito ao voto foi o primeiro pilar que expôs uma participação ativa da mulher na sociedade. O movimento fez diversas campanhas na busca pelos seus direitos, como: o direito à dignidade, à cidadania, à propriedade, à educação, ao trabalho, ao voto, a participação nos espaços de poder, ao corpo, ao viver livre de violências e de viver em igualdade. (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 7 – 8).

Esse processo de silenciamento já é constatado pelo coletivo, o dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher — foi considerado um dia de luta na II Conferência Feminina da Internacional Socialista de Mulheres, na Dinamarca em 1910, neste dia é celebrado não apenas a conquista do direito à cidadania, mas também a busca pela igualdade do movimento. (BANDEIRA e MELO, 2010, p. 9).

Diante de diversos trabalhos dentro do ambiente acadêmico voltados para o movimento de mulheres (como pesquisas, artigos, monografias, dissertações e teses), põe-se em questão também a implementação de políticas públicas articuladas pelo Estado. Esses estudos se aprofundam na compreensão e na aplicação de políticas efetivas que auxiliem no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

O recorte de ano deste trabalho se dá pela criação da primeira Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Brasil em 2003 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Algo que já havia sido solicitado pelos movimentos de mulheres e feministas, como revela, o Jornal Fêmea de 1994:

Eleições Gerais de 94. Em função daquele pleito, os movimentos de mulheres e feministas entregaram uma Carta, com todas as suas reivindicações aos candidatos à Presidência da República. Dentre as propostas, havia a solicitação da: “**criação de uma Secretaria ligada à Presidência da República** destinada a coordenar, elaborar, implementar, monitorar e fiscalizar as políticas públicas para as mulheres”. (Jornal Fêmea, nº 18, agosto/94, p. 9). (BARBOSA, 2004, p. 147, grifo nosso).

Após 9 (nove) anos, o pedido do movimento foi acolhido, de acordo com a lei de organização do governo, houve a criação da primeira secretaria ligada à Presidência da República, a Secretaria de Políticas para as Mulheres. (BRASIL, 2003).

No Art. 22. é descrito as competências de trabalho da Secretaria:

Art. 22. À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na **formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres**, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, **promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas** que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 (três) Secretarias. (BRASIL, 2003, grifo nosso).

A secretaria tinha posição ministerial, após diversas trocas de governo, no ano de 2019, segundo o Art. 44. da lei que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, integra hoje a estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (BRASIL, 2019). Posto isso, a secretaria tem 19 (dezenove) anos de atuação (2003 – 2022) no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Dessa forma, o estudo se justifica pelo interesse pessoal, social e acadêmico da estudante em realizar uma pesquisa sobre os movimentos de mulheres no campo de públicas, no intuito de compreender como as ondas do feminismo impactam na criação e no desenvolvimento de políticas públicas para a sociedade brasileira. Para com isso contribuir em estudos que ajudem na compreensão e na análise sobre a temática.

Há séculos, as mulheres ocidentais lutam pela igualdade, buscando alterar não apenas o modo pelo qual são socializadas, mas também o lugar que ocupam na sociedade. Buscam garantir para si e para suas descendentes os mesmos direitos e oportunidades usufruídos pelos homens. Embora tenha se iniciado em tempos remotos (Lerner, 2019), a luta das mulheres ocidentais por igualdade e liberdade tem recebido registros mais sistemáticos a partir do século XIX e, para fins didáticos, costuma ser dividida em diversas ondas. As ondas demarcam os períodos e as demandas específicas dessa luta secular. O presente trabalho pretende identificar na literatura da Administração Pública, e na Revista Estudos Feministas, as pautas do movimento feminista que receberam atenção dos pesquisadores no período de 2003 a 2021 e aquelas que foram negligenciadas, buscando compreender as razões.

A pesquisa tem como objetivo geral: analisar na literatura as pautas do movimento feminista que vem sendo discutidas, e que são voltadas para o campo das políticas públicas no período de 2003 a 2021. Dito isso dois objetivos específicos serão atendidos, sendo eles:

- Identificar as pautas/ demandas do movimento feministas;

- Investigar nas bases Scielo, Spell e Redalyc trabalhos acadêmicos que abordem questões sobre o movimento feminista que se efetivaram em políticas públicas.

Este trabalho está construído da seguinte forma: pela Introdução, em que foi abordado inicialmente sobre a apresentação do tema de estudo e da delimitação da pesquisa; pelo referencial teórico que abordará sobre Políticas públicas, atores e a importância dos movimentos sociais, seguido por uma seção sobre a história da mulher na sociedade; pela metodologia, onde será apresentado os procedimentos da pesquisa; os resultados, em que abordará sobre os dados encontrados nos trabalhos analisados e por último as considerações, onde será tratado sobre as conclusões do estudo.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Políticas Públicas, atores e a importância dos movimentos sociais.

De acordo com Secchi (2014, p. 2, grifo nosso), o conceito de políticas públicas pode ser definido como:

Uma política pública é uma diretriz para enfrentar um problema público [...] possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, **a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.**

O autor aborda que elas tentam resolver um problema do coletivo, com o intuito de trazer mudanças para a sociedade, quem participa desta resolução pode ser tanto o Estado ou os atores coletivos (com uma abordagem multicêntrica de atuação). Para ser considerado um problema é necessário que ele afete uma quantidade relevante de pessoas. (SECCHI, 2014, p. 2 – 8).

Para complementar nas definições de políticas públicas, Souza (2007, p. 69, grifo nosso) comenta:

No entanto, definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o 'governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). **A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos**

democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A autora complementa descrevendo que o campo se torna uma área de estudo de várias disciplinas, e vários ‘olhares’ que podem ser analisados, sendo formuladas em planos, programas, projetos, bases de dados, sistema de informação, grupos de pesquisa e legislações. Capella (2007, p. 92) acrescenta informando quais podem ser as comunidades participantes na geração de políticas públicas, sendo eles: “[...] pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses, entre outros que compartilham uma preocupação em relação a uma área [...]”.

A autora continua a sua abordagem destacando que as comunidades precisam desse processo de difusão de ideias em diversos fóruns, uma vez que é necessário sensibilizar não só a própria comunidade, mas toda a sociedade civil e “[...] sem essa sensibilização, as propostas não serão seriamente consideradas quando apresentadas.” (CAPELLA, 2007, p. 92).

Essas comunidades participantes também podem ser chamadas de atores. “Ela aparece tanto na figura do usuário dos serviços quanto nas organizações que lutam pela garantia dos direitos dos cidadãos” (SANTOS, 2009). O autor destaca ainda a multiplicidade de interesses que são apresentados ao Estado, com diversas pautas sendo levantadas a todo momento. Com isso, é destacado a importância da organização de Conferências e Conselhos que podem ser realizados pela sociedade, uma vez que esses instrumentos têm como foco propor um consenso do movimento em uma pauta a ser trabalhada. Sendo que o Estado possui apenas um orçamento e que ele é construído por diversos blocos de interesses (entre eles os diferentes movimentos sociais) (SANTOS, 2009).

A criação de políticas públicas se torna extremamente necessária dentro de um sistema democrático, é essencial a participação de movimentos sociais que pautam as demandas dos seus grupos.

Como campo de estudo, os movimentos sociais podem ser fundamentados como:

uma série sustentada de interações entre detentores de poder e pessoas que reivindicam, com sucesso, falar em nome de uma clientela [constituency] carente de representação formal, no curso da qual tais pessoas apresentam demandas, publicamente visíveis, por mudança na distribuição ou no exercício do poder, respaldando essas demandas com demonstrações públicas de apoio (TILLY, 1994, p. 1-30 apud DIANI e BISON, 2010, p. 219, tradução dos autores).

Os autores Diani e Bison (2010, p. 222), apontam que:

Um processo de movimento social está presente na medida em que atores, tanto individuais como organizados, mantendo sua autonomia e independência, engajam-se em trocas sustentadas de recursos na busca de objetivos comuns. A coordenação de iniciativas específicas, a regulação das condutas dos atores individuais e a definição de estratégias são todas dependentes de negociações permanentes entre os indivíduos e as organizações envolvidas na ação coletiva. Nenhum ator organizado singular, independentemente do quão poderoso ele seja, pode pretender representar um movimento como um todo. Uma importante consequência do papel da dinâmica de rede é o surgimento de mais oportunidades para que indivíduos de grande habilidade ou altamente comprometidos exerçam um papel independente no processo político, diferentemente do que seria o caso quando a ação se concentra no interior de organizações formais.

Com isso, Tatagiba, Abers e Silva (2018, P. 111 – 112) complementam o entendimento discutindo que os movimentos sociais não podem ser só compreendidos como um subsistema de política pública, “[...], mas sim, como atores coletivos que disputam a própria configuração dos subsistemas e regimes existentes.” As autoras apontam que os movimentos procuram propor inovações no Estado, criando estratégias de confronto e cooperação, extra institucionais e institucionais. “O conflito em torno das instituições aproxima movimentos sociais e burocracia pública, e uma das formas pelas quais essa relação se traduz empiricamente é no ativismo institucional” (TATAGIBA, ABERS e SILVA, 2018, p. 108).

Diante do que já foi apresentado até agora, será discutido na próxima seção sobre: A história da mulher nas sociedades e como se deu a criação do movimento de mulheres/feminista. Trazendo uma reflexão sobre a história das ondas e como as demandas são pautadas pelo movimento.

2.2 A história da mulher nas sociedades

O relato sobre “as histórias das mulheres no mundo” passa por um processo de inexistência e apagamento, quando os registros são consultados há sempre uma versão dos homens sobre os fatos, visto que eram os únicos a ter acesso aos sistemas de educação. À mulher não foi facultado registrar sua visão sobre os acontecimentos, uma vez que não eram educadas para esse fim. Este referencial teórico se baseia nos trabalhos de historiadoras e pesquisadoras reconhecidas no campo da teoria da feminista no ocidente. Os seus estudos abrangem os países da França, Estados Unidos e Brasil, autoras como Simone de Beauvoir (1949), Friedan (1971), Saffioti (1976), Goldstein (1982), Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (1993), Kroløkke e Sørensen (2006), Perrot (2007), Pinto (2003), Zinani (2012) e Lerner (2019) serão discutidas neste texto, portanto a visão aqui prevalecente será uma visão ocidental sobre o feminismo.

Existe um porquê da quase completa ausência de participação das mulheres na narrativa da história da humanidade. Elas foram invisibilizadas e excluídas de posições

socialmente relevantes nas sociedades antigas — como ainda o são, embora em menor escala — o processo de construção histórica da humanidade é contado exclusivamente pelo olhar do homem. (PERROT, 2007, p. 16 – 17; LERNER, 2019, p. 35)., como salienta o trecho abaixo:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. **São invisíveis**. Em muitas sociedades, a **invisibilidade** e o **silêncio das mulheres** fazem parte da **ordem das coisas**. (PERROT, 2007, p. 16-17, grifo nosso).

Desde que a humanidade passou a criar teorias sobre o mundo e, especialmente sobre as sociedades, o que os historiadores hoje, em sua maioria, acreditam que tenha acontecido a partir do século VI a. C, na Grécia Antiga (os Pensadores pré-socráticos), apenas os homens se dedicavam a esse conhecimento e era a visão que eles tinham das coisas que prevalecia como universal, o “que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada” (LERNER, 2019, p. 34). Visto que as mulheres não participaram do registro dos acontecimentos históricos, várias autoras já discutem que este espaço de fala precisava ser ocupado por elas.

A mesma autora ainda argumenta que a mulher foi invisibilizada e que essa situação foi considerada como natural, o que leva a reflexão de que elas passaram/passam por um processo de subordinação, sendo impedidas de participar da história. Porque no sistema patriarcal elas têm um papel a cumprir, na família, nas relações econômicas, no governo, na igreja e entre outros espaços de convivência.

Lerner (2019, p. 38) tem como ponto de partida a Antiga Mesopotâmia (2.000 a.C. a 1.600 a.C.) e em sua obra é iniciado uma análise para investigar a origem desse processo histórico conhecido como patriarcado, que se baseia na superioridade do homem nas sociedades, como ela indica:

Esse processo manifestou-se na organização familiar e nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expressando a supremacia de divindades masculinas. [...] (LERNER, 2019, p. 39).

Devido a esse processo, a mulher passou a ser submissa por causa da superioridade do homem nos espaços de trabalho e de poder. “Se o patriarcado fosse “natural”, ou seja, com base em determinismo biológico, então mudá-lo seria mudar a natureza.” (LERNER, 2019, p. 39). A autora defende ainda que se o patriarcado foi criado por um processo histórico, também é possível destruí-lo pelo mesmo processo histórico.

Lerner (2019, p. 53 – 54) questiona quando a submissão feminina passou a existir, a autora levanta algumas respostas relatando sobre o início da dominação universal masculina. “A resposta tradicionalista à primeira pergunta, é claro, é que a dominação masculina é universal e natural. O argumento pode ser proposto em termos religiosos: a mulher é submissa ao homem porque assim foi criada por Deus.” Na religião, a mulher deve ser submissa ao homem e deve ocupar a sua função biológica e materna.

Há também uma questão sobre o porte físico que a mulher não apresenta para a caça. “O homem-caçador, superior em força, habilidade e com experiência oriunda do uso de ferramentas e armas, “naturalmente” vai proteger e defender a mulher, mais vulnerável, cujo aparato biológico a destina à maternidade e aos cuidados com o outro”, como sugere o trecho abaixo transcrito:

[...] Quando antropólogas feministas revisaram os dados ou fizeram o próprio trabalho de campo, descobriram que a dominação masculina estava longe de ser universal. Encontraram sociedades nas quais a assimetria sexual não tinha conotação de dominação ou submissão (LERNER, 2019, p. 55).

O processo histórico do patriarcado é longo, e deixou vestígios em vários momentos da história. Quando o capitalismo surge entre os séculos XI e XV, antes desse sistema econômico se firmar e impor a força de trabalho provocada pela revolução industrial, as mulheres tinham um papel econômico participativo na sociedade. “A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social.” (SAFFIOTI, 1976, p. 17).

A mesma autora relata que:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma **subvalorização das capacidades femininas** traduzidas em termos de mitos justificadores da **supremacia masculina** e, portanto, da **ordem social** que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, **a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas**, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 1976, p. 18, grifo nosso).

Para Lerner (2019, p. 54), existe uma visão determinista-biológico que explica a submissão da mulher na história, sendo consequência da superioridade do homem no patriarcado, como se pode ver no trecho abaixo transcrito:

[...] essa explicação determinista do ponto de vista biológico estende-se da Idade da Pedra até o presente pela afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na “**superioridade**” natural do homem é um fato, e, portanto, continua tão válida hoje quanto era nos primórdios da sociedade humana. (LERNER, 2019, p. 54, grifo nosso).

As autoras Saffioti (1976) e Lerner (2019) relatam que a mulher acaba sendo desvalorizada por causa da supremacia e superioridade do homem nesses espaços, o que explica as desvantagens ao longo da história da mulher de se impor no trabalho.

Saffioti (1976, p. 33) relata que a partir do início do capitalismo elas foram marginalizadas do seu trabalho produtivo, e que foi entregue ao homem todo o sistema de produção. Com isso, a mulher passou a ocupar o espaço da família e da dependência do homem, de acordo com a autora:

[...] Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. A tradição de submissão da mulher ao homem e a **desigualdade de direitos entre os sexos** não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. (SAFFIOTI, 1976, p. 8, grifo nosso).

A Revolução Francesa (1789 - 1799), é compreendida pelas autoras pesquisadas como um dos primeiros processos de mudanças que podem ser avaliados, em que as mulheres buscaram o início de uma participação político-social, semelhante a uma liberdade que só era permitida aos homens. “Nem todas as mulheres, contudo, consentem neste processo de sua marginalização política e social. Participando da Revolução Francesa, tentam conquistar para si as liberdades que a nova sociedade conferiria aos homens.” Em 1789 foi proposto pela ativista francesa Olympe de Gouges (1748 – 1793) a Declaração dos Direitos da Mulher semelhante à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, mas esse processo foi silenciado devido à burguesia masculina da época (SAFFIOTI, 1976, p. 58), conforme citado abaixo:

[...] Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual **as mulheres continuariam marginalizadas da vida política**, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de **competir em desigualdade de condições** com os homens pelas oportunidades econômicas (SAFFIOTI, 1976, p. 58, grifo nosso).

Goldstein (1982, p. 92, tradução nossa) relata que Charles Fourier (1772-1837) “[...] é creditado pelos estudiosos modernos por ter originado a palavra "feminista”.¹ Porque o autor abordou em sua época sobre a igualdade entre homens e mulheres. A luta das mulheres, que se caracteriza hoje pelo nome de ‘feminismo’, teve ao longo dos anos uma ampliação nas demandas/pautas dentro do movimento de mulheres. Para fins didáticos, esse processo foi dividido em diversas partes, em função das demandas que traziam nos diferentes períodos históricos, cada um desses segmentos ficou conhecido como ondas.

Perrot (2007, p. 154 – 155) relata que os feminismos são movimentos plurais e variados, que podem ser contados por diversas óticas, principalmente sob o olhar das lutas de cada país com a sua história. “O feminismo age em movimentos súbitos, em ondas. É intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo. É um movimento e não um partido [...]”. Em cada momento histórico são apresentadas demandas, que serão trabalhadas e discutidas pelo movimento.

Na primeira onda, que surgiu nos Estados Unidos e na Europa, elas lutaram pelo sufrágio universal (direito ao voto). Essa primeira onda é caracterizada pela luta das igualdades dos sexos (PERROT, 2007, p. 158). Elas buscaram no Movimento Sufragista a validação da participação, pelo acesso à educação e à atuação política. Buscavam transformar-se em sujeito que possui uma voz ativa e presente na sociedade, obtendo nas legislações os direitos iguais aos homens, como indica o seguinte trecho:

[...] As questões centrais da primeira onda do feminismo foram a igualdade nos direitos legais e políticos e a igualdade formal de oportunidades. Estas feministas procuraram a oportunidade de votar e exercer cargos públicos, acesso ao emprego e à educação, e igualdade de direitos legais no casamento. Estes últimos incluíam os direitos das mulheres casadas a possuir e a ganhar bens, a desobedecer aos seus maridos, a processar o divórcio (por motivos comparáveis aos dos seus maridos), a obter a custódia dos filhos após o divórcio, e a proteção jurídica contra abusos físicos por parte dos seus maridos (GOLDSTEIN, 1982, p. 91, tradução nossa).²

O direito ao voto, para muitos países, só surgiu depois da Primeira Guerra Mundial. Historicamente, no Brasil, o início dessa participação política teve percalços, a primeira pauta/luta de que se tem registro, é sobre o voto, com uma não-aprovação desse direito em

¹ Fourier, in fact, is credited by modern scholars with having originated the word "feministe." (GOLDSTEIN, 1982, p. 92).

² The central issues of the first wave of feminism were equality in legal and political rights and formal equality of opportunity. These feminists sought the opportunity to vote and hold public office, access to jobs and education, and equality of legal rights in marriage. The last included the rights of married women to own and earn property, to disobey their husbands, to sue for divorce (on grounds comparable to those available to their husbands), to obtain child custody after divorce, and to legal protection against physical abuse by their husbands. (GOLDSTEIN, 1982, p. 91).

1891. Em 1910, o Partido Republicano Feminino foi criado em forma de resposta, dando início a um processo de reconhecimento por parte da sociedade (PINTO, 2003, p. 13 - 18).

Tal fato ocorreu em 1932, mesmo sendo aprovado como voto facultativo que acabou sendo o início da participação da mulher brasileira nos espaços democráticos. (PERROT, 2007, p. 152). Pinto (2003, p. 13 – 18) também confirma esses acontecimentos, a autora relata que, no Brasil as mulheres também demonstraram o mesmo interesse no sufrágio universal, na participação política e no processo eleitoral.

A segunda onda começa a partir de meados dos anos de 1960 e se estende até meados dos anos 1980. Embora, não seja uma teórica feminista, Simone de Beauvoir foi grande influenciadora desse movimento. Seu livro “O segundo sexo”, lançado em 1949, a autora faz uma análise sobre o que é ser mulher na sociedade. Na obra é discutido o que define o feminino e o masculino, levantando algumas questões opostas como:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. **O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro** [3]. (BEAUVOIR, 1949, grifo nosso).

A autora aborda que a sociedade coloca o homem como ponto de referência e trata a mulher com um olhar diferente. Lerner (2019) também fez a mesma questão que Beauvoir (1949): “De onde vem essa submissão na mulher?”, não é apenas um fator que responde a esse questionamento. A condição de submissão da mulher derivou de múltiplas fontes: da tradição, da religião e da cultura.

Beauvoir (1949) aborda como a sociedade criou diferenças de favorecimentos entre homens e mulheres e como esse sistema beneficia apenas um grupo, não reconhecendo que um faz submissão ao outro, a autora explica que:

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a êle. [...] Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; êle é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. **De onde vem essa submissão na mulher?** Existem outros casos em que, durante um tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra. É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: **a maioria impõe sua lei à minoria ou a persegue**. (BEAUVOIR, 1949, grifo nosso).

Mais estudos sobre elas iniciaram-se na Grã-Bretanha, EUA e França, em meados dos anos de 1960 e 1970, tendo diversas frentes de análises no científico, no sociológico e no político. Na universidade, essas frentes tiveram o intuito inicial de desvendar a “mulher” como um objeto de estudo para compreender o seu papel na sociedade capitalista. (PERROT, 2007, p. 19).

Nos Estados Unidos, os efeitos dessa maior participação da mulher no Pós Segunda Guerra ficaram refletidos na sociedade, de acordo com Friedman (1971):

Por infeliz coincidência, esse ataque às mães ocorreu ao tempo em que a mulher americana estava fazendo uso de sua emancipação, começando a ingressar em número cada vez maior nas universidades e escolas profissionais, a subir na indústria e no comércio, em inevitável competição com os homens. **Estava começando a representar um papel na sociedade americana, um papel que não dependia de seu sexo, mas de sua capacidade individual.** Para o soldado que regressava da guerra era bem evidente que a mulher americana estava na verdade mais independente, mais decidida, mais segura de sua opinião, menos passiva e feminina [...]. (FRIEDAN, 1971, p. 166, grifo nosso).

É importante a criação desse espaço de diálogo e de estudo da “mulher”, porque além da privação dos estudos, há uma exclusão na criação de teoria. Lerner (2019, p. 37) aborda que a mulher precisa tomar consciência do seu espaço na sociedade, para que não sofra as mazelas da subordinação, fazendo com que o sistema patriarcal ainda se perpetue.

Ao questionamento de Beauvoir (1949) sobre o que é ser mulher, no Brasil, Carneiro (1993) responde e aprofunda essa problemática, retratando sobre como a identidade feminina foi desenvolvida por um processo histórico-cultural. A autora continua os seus pensamentos abordando que essa identidade não é a mesma para todas as mulheres, argumentando que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? **Nós mulheres negras** fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque **nunca foram tratadas como frágeis** (CARNEIRO, 1993, grifo nosso).

As mulheres negras já faziam parte do mercado de trabalho, como escravas, vendedoras, prostitutas e entre outras funções periféricas que a sociedade colonial não queria assumir. Não é uma identidade feminina que as mulheres negras são tratadas, é uma identidade de objeto. A mulher branca e a mulher negra tiveram trajetórias históricas diferentes. Majoritariamente, elas são excluídas da sociedade brasileira no trabalho, na beleza, na cultura,

na saúde e na política, sendo vistas nesses espaços com o olhar do Outro/do Diferente. (CARNEIRO, 1993), podendo-se concluir que:

As mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, e o **discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras**. A ausência desta compreensão tem determinado que no geral as conquistas do movimento de mulheres tendem a beneficiar as mulheres brancas como consequência da discriminação racial que pesa sobre as negras (CARNEIRO, 1993, grifo nosso).

Essa mesma preocupação levantada por Carneiro (1993), foi antes discutida por Gonzalez (1988, p. 13), que aborda sobre esse esquecimento da mulher negra na literatura feminista “[...] na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial.” Na definição de papéis, há a existência de racismo, Gonzalez (1988, p. 13) continua explicando que:

Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nós estamos referindo ao sistema patriarcal-racista (GONZALEZ, 1988, p. 14).

A questão racial na América Latina, inicia-se com uma reflexão da história da colonização pela Espanha e Portugal. O racismo na região foi criado por uma hierarquização e superioridade do grupo branco dominante da época, além da escravização dos povos originários pelos estrangeiros, a comercialização de negros foi altamente importada na região para trabalhar como mão de obra. É necessário compreender que o Brasil pelo seu processo histórico apresenta uma diversidade multicultural de povos, dessa forma, Gonzalez (1988, p. 14) continua explorando que:

[...] O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. [...] (GONZALEZ, 1988, p. 15).

Esse processo de superioridade branca é violento em querer construir uma sociedade brasileira procurando apagar os descendentes originários e os negros “[...] é

internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura” (GONZALEZ, 1988).

Nessa tentativa de embranquecer a sociedade o Outro é visto como negativo e como algo que não é bem-vindo. Em comparação com uma frase de Beauvoir (1949). “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. O branco é o Sujeito, o Absoluto, os negros/povos originários é o Outro. O que leva a um lugar de silenciamento e apagamento pelos povos dominantes.

Abordado a questão do racismo presente na região, é necessário ressaltar que existe uma discriminação dupla de carácter racial e sexual nas mulheres não-brancas (amefricanas e as ameríndias), que faz com que elas sejam mais exploradas pelo sistema patriarcal-racista. (GONZALEZ, 1988).

Gonzalez (1988) ressalta sobre a importância da participação política dos movimentos sociais, que apesar do Movimento de Mulheres (MM) apresentarem suas pautas, o Movimento Negro, o Movimento Étnico e o Movimento Indígena apresentam outras questões que não conversam com o MM. Não é uma disputa pelas pautas, mas é compreensão que todos esses movimentos têm processos históricos diferentes e que buscam outras conquistas que o grupo precisa, é fortalecer dessa forma um feminismo afro-latino-americano.

Na segunda onda, ao focar na mulher como objeto de estudo, é aberta a possibilidade para desenvolver e entender a posição que a mulher negra ocupa na história da sociedade brasileira. Gonzalez (1988) e Carneiro (1993) abrem as discussões trazendo interpretações de seus estudos que abordam sobre a posição da mulher negra pelo olhar da mulher negra.

A terceira onda é configurada pela diversidade de grupos presentes no movimento feminista, a partir dos anos 90 nos Estados Unidos, de acordo com Bonnici (2007) citado por Zinani (2012):

A Terceira Onda Feminista surgiu [...], derivada da necessidade de renovação do movimento, devido a problemas de ordem legal, enfrentados nos Estados Unidos; da **crítica masculina** que atribui a redução de direitos dos homens paralelamente à igualdade adquirida pelas mulheres; e da crítica “conservadora de pós-feministas de que as mulheres têm todas as garantias sociais e legais para viver em paridade na sociedade contemporânea” BONICCI, 2007: 252). A Terceira Onda apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da Segunda Onda, uma vez que engloba “**a teoria queer, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo**”, entre outros. Aponta como aspecto relevante a autoestima sexual, uma vez que a sexualidade é também uma modalidade de poder. (BONNICI, 2007 apud ZINANI, 2012).

Para discutir um pouco mais sobre essa onda, Kroløkke e Sørensen (2006, p. 16, tradução nossa) descrevem que “As feministas da terceira onda são motivadas pela necessidade de desenvolver uma teoria e uma política feminista que honram experiências contraditórias e desconstróem pensamento categórico.”³ As autoras trazem uma explicação de Walker (1995), dizendo que:

[...] não se deve à falta de conhecimento da história feminista ou ao horrível retrato unilateral do feminismo por parte dos meios de comunicação social. Muito pelo contrário, as feministas mais jovens honram o trabalho das feministas anteriores enquanto criticam os feminismos anteriores, e esforçam-se por ultrapassar as contradições que experimentam nas suas próprias vidas. Elas abraçam a ambiguidade em vez da certeza, engajam-se em múltiplas posições, e praticam uma estratégia de inclusão e exploração [...]. Entretanto, propõem uma política diferente, que desafia noções de feminilidade universal e articula formas nas quais grupos de mulheres enfrentam complexas intersecções de gênero, sexualidade, raça, classe, e preocupações relacionadas com a idade. (WALKER, 1995 apud KROLØKKE E SØRENSON, 2006, p. 16 - 17, tradução nossa).⁴

Nesse momento, o feminismo se divide em vários novos grupos, e demandas diferentes começam a surgir, como o Movimento de Mulheres Negras, Indígenas, Transsexuais, Lésbicas, Rurais além de existirem mulheres que buscam outras vertentes que são abordadas por diversos grupos no próprio feminismo.

A seguir é apresentado um quadro que situa sobre as ondas do feminismo e sobre o que cada onda atende às demandas na história.

Quadro 1 - Demandas das Ondas feministas.

	1° onda	2° onda	3° onda
Demandas/ Mudanças	Busca pelo sufrágio universal (direito ao voto). Educação, casamento e a luta por direitos iguais entre os sexos.	"O que é ser mulher?" União entre Público - Privado. Redução das relações de desigualdades entre homens e mulheres.	Diversidade/ Transversal/ Multiversal Ruptura no grupo principal para o desenvolvimento de demandas nos grupos específicos (Mulheres: brancas, negras, rurais, indígenas, trans, lésbicas etc.)

³ Third-wave feminists are motivated by the need to develop a feminist theory and politics that honor contradictory experiences and deconstruct categorical thinking. (KROLØKKE E SØRENSON, 2006, p. 16).

⁴ Walker claimed that this is not because they lack knowledge of feminist history or because of the media's horrific one-sided portrayal of feminism. Quite to the contrary, younger feminists honor the work of earlier feminists while criticizing earlier feminisms, and they strive to bridge contradictions that they experience in their own lives. They embrace ambiguity rather than certainty, engage in multiple positions, and practice a strategy of inclusion and exploration [...] Meanwhile, they propose a different politics, one that challenges notions of universal womanhood and articulates ways in which groups of women confront complex intersections of gender, sexuality, race, class, and age-related concerns. (KROLØKKE E SØRENSON, 2006, p. 16-17).

Fonte: Elaboração própria a partir de textos (PERROT, 2007; BEAUVOIR, 1949; BONNICI, 2007).

3 METODOLOGIA

O estudo tem abordagem qualitativa, sendo usado como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica, com o uso de dados secundários para elaboração da análise da pesquisa.

De acordo com Creswell (2010, p. 26) a pesquisa qualitativa “[...] é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. [...]”, ela está caracterizada pelos métodos de análise escolhidos e avaliados pelo pesquisador. Segundo Mazucato (2018, p. 66), a pesquisa bibliográfica está vinculada à leitura, análise e interpretação de textos escritos, como “livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias etc.” É um tipo de pesquisa que exige planejamento e, após um exame da literatura disponível sobre o tema em questão, o material levantado deve ser selecionado, e submetido a um programa de leitura e análise mais aprofundada. Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2012, p. 50) complementa que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Os dados secundários foram usados a partir de bases de dados de trabalhos já elaborados pela academia (periódicos online), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Para construção do referencial, após a delimitação do objeto de pesquisa, textos de diversas autoras foram utilizados na construção da base teórica da estudante. Uma vez que a própria ainda precisava de um alicerce de conhecimentos que a guiasse durante todo o estudo. Foi realizada a leitura de textos e livros sugeridos pela orientadora, como Perrot (2007), Saffioti (1976), Lerner, (2019) Carneiro (1993) e Gonzalez (1988). Nesse processo foi possível avaliar o que cada onda feminista levantou como pautas/ demandas do movimento. Esse processo de leitura, resultou no Quadro 1 - Demandas das Ondas Feministas. Este quadro conseguiu atingir

o primeiro objetivo específico, que tem o intuito de auxiliar nas leituras dos trabalhos que entraram no processo de análise.

Em seguida foi realizado um levantamento dos artigos nas revistas acadêmica. A ferramenta Planilhas Google Online foi utilizada para a tabulação dos trabalhos levantados nessa etapa e daqueles selecionados para compor a amostra da pesquisa, processo que é descrito nos próximos parágrafos.

O primeiro passo foi escolha de descritores. Nove palavra ou expressões que, conforme a compreensão da pesquisador e sua orientadora, atendiam a questão desta pesquisa foram selecionadas, sendo elas: Pautas do feminismo; Pautas históricas do feminismo; Agenda feminista brasileira; Gênero e feminismo história Brasil; Agenda para as mulheres; Agenda feminista; Agenda para as mulheres no Brasil; Movimentos feministas; e Políticas Públicas de gênero. A essa seguiu a etapa da seleção dos textos.

Três bases de dados foram selecionadas para fazer a busca destes trabalhos, sendo eles: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Spell (Scientific Periodicals Electronic Library) e Redalyc (La Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal). Com o filtro de idioma de trabalhos em português (PT/BR).

Com um recorte de tempo de 2003 a 2021, sendo 2003 o ano de início do órgão da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Brasil, como já abordado na introdução.

Para ter uma compreensão, a tabela 1 representa a quantidade de trabalhos presentes nas bases usando os descritores selecionados (última atualização: fevereiro de 2022).

Tabela 1 – Descritores.

Descritores	Scielo	Spell	Redalyc
Pautas do feminismo	14	1	40.272
Pautas históricas do feminismo	1	0	93.374
Agenda feminista brasileira	1	0	133.265
Gênero e feminismo história brasil	6	0	168.598
Agenda para as mulheres	122	13	59.149
Agenda feminista	43	0	31.097
Agenda para as mulheres no Brasil	32	3	149.096
Movimentos feministas	134	4	76.010
Políticas Públicas de gênero	277	49	139.542

Fonte: Elaboração própria a partir de informações das bases (2022).

Após a primeira busca, outros critérios foram definidos. O segundo processo foi de exclusão, após a plataforma Redalyc apresentar um volume muito grande de trabalhos (ao colocar um descritor na área de busca), além de conter artigos já encontrados nas demais bases de dados consultadas. Diante disso, foi necessário descartá-la devido à limitação do tempo da estudante para analisar todos aqueles trabalhos. A plataforma foi considerada no início por se tratar de uma base de dados que apresenta estudos na América Latina, após a identificação desse inconveniente foi decidido trabalhar apenas com Scielo e Spell.

Outro critério estabelecido, foi a não inclusão de trabalhos da área da saúde e trabalhos que pelo título do artigo não atendem a questão de pesquisa. Com isso, obtivemos como resultado um total de 173 trabalhos selecionados de diversas revistas, estes trabalhos foram tabulados em uma primeira tabela.

Da primeira tabela criada com os 173 trabalhos, foram selecionadas as seguintes revistas para análise: Revista Estudos Feministas (REF), Revista de Administração Pública (RAP); Revista do Serviço Público; Caderno Gestão Pública e Cidadania; Administração Pública e Gestão Social. A escolha da revista REF, se justifica por ela ter como um dos objetos de estudo a mulher, as outras revistas se caracterizam por estarem dentro do campo de políticas públicas. Com isso, 70 trabalhos foram selecionados e tabulados em uma segunda tabela.

No terceiro passo, a partir da leitura do título e resumo, os 70 trabalhos selecionados deveriam estar alinhados com o feminismo e o campo de políticas públicas, e foram categorizados com sim e não em uma coluna ao lado do trabalho. Os que foram selecionados como sim, formarão uma terceira tabela, nesse processo também houve exclusão de trabalhos repetidos. Neste novo filtro tivemos 13 trabalhos duplicados, 17 trabalhos categorizados como não, 40 trabalhos categorizados como sim.

Sendo assim, 40 trabalhos fazem parte da amostra de estudo, sendo, 32 da Revista Estudos Feministas, três da Revista do Serviço Público, dois do Caderno Gestão Pública e Cidadania, dois da Administração Pública e Gestão Social e um da Revista de Administração Pública.

O quarto passo, foi a análise dos 40 trabalhos a partir do olhar de três questões (que atendem ao segundo objetivo específico da pesquisa):

1 - De que demanda/ Problema do movimento feminista o texto trata (que onda?).

2 - Que solução a essa demanda o autor apresenta? Que questões são apresentadas para ampliar a compreensão dessa demanda?

3 - Essa (s) demanda (s) virou uma política pública (PP)? Se sim. Quando virou PP? Que PP é essa? Críticas a essa política.

Com uma leitura aprofundada dos trabalhos, dois trabalhos foram retirados do processo de análise. Sendo assim 38 trabalhos foram analisados. As discussões serão feitas a seguir nos resultados da pesquisa, apresentando quais demandas foram identificadas nos textos além de discutir quais se tornaram PP.

4 RESULTADOS

4.1 Demandas mais discutidas

Nos textos analisados diversas demandas foram abordadas neste período de 2003 a 2021, tivemos: direitos iguais entre homens e mulheres, cidadania, poder e política, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, mercado de trabalho, espaço no orçamento, gênero, raça, economia solidária, publicidade sexista, padrão de beleza, aprofundamento da teoria feminista, tráfico de mulheres, economia feminista, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e inserção subordinada das mulheres (COSTA, 2002; BARBOSA, 2004). Além de Wolff (2008, p. 83) comentar: “[...] violência, direitos reprodutivos, aborto, ações afirmativas, mulheres negras, Fórum Social Mundial, pobreza, agricultoras, velhice, masculinidades, educação, parto, religião, conjugalidades e parentalidades gays, lésbicas e transgêneros, entre outros. [...]” (WOLFF, 2008, p. 83).

Essa diversidade de demandas/eixos fora de alguma forma trabalhadas no contexto internacional e nacional dos textos analisados, alguns com foco maior em uma demanda do que outro, é necessário complementar dois pontos de análise:

A primeira é que, se é correto aprofundar as análises e debates de alternativas por eixos, é preciso inter-relacionar esses eixos. O movimento feminista poderia se propor a não só intervir em cada um dos debates como também estabelecer os vínculos entre eles tendo o feminismo como fio que conduz e costura. A segunda é aprofundar os nexos entre os temas e conjunturas globais e locais de modo a alimentar os movimentos em suas lutas cotidianas, mas também resgatar de cada questão nacional sua dimensão de humanidade (COSTA, 2004, p. 630-631).

Uma demanda em comum encontrada em textos é a violência contra a mulher, presentes nos trabalhos de Bragagnolo, Lago e Rifiotis (2015), Santos, (2015), Matuella (2017)

e Nothaft e Beiras (2019), e outros que citam a apresentam a problemática, mas não tem ela como foco do trabalho.

Algo que já abordado no referencial é como o movimento de mulheres (MM) começou a se expandir com grupos específicos dentro do movimento, com demandas que têm característica do próprio grupo. “O movimento se estendeu e, para se tornar mais eficaz, se dividiu em classes de mulheres: as negras, as empregadas domésticas, trabalhadoras urbanas e rurais, mulheres que sofriam abusos dos companheiros etc.” (MINELLA, 2004, p. 1112).

Esse reflexo da divisão está presente nos estudos, como por exemplo trabalhos que abordam sobre o contexto histórico do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ou Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). De acordo com Deere (2004, p. 179-180):

A origem do movimento de mulheres rurais está localizada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil. [...]. Mas foi só em 1985, no Quarto Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que as questões das mulheres rurais foram seriamente tratadas em um fórum nacional do movimento dos trabalhadores.

Por meados dos anos 1980 o MMC apresentava as suas demandas relacionadas ao direito da mulher à propriedade (direito à terra), aos direitos trabalhistas, previdenciários e à igualdade. Nesse movimento surgiu a Marcha das Margaridas em 2000, motivada pela morte da liderança rural Margarida Maria Alves, que defendia os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Com o aumento da participação das mulheres nos sindicatos ruralistas, o movimento foi se organizando pelo Brasil e alcançando mais regiões para se fortalecer.

Suas demandas foram principalmente relacionadas ao trabalho, para ter acesso a direitos concedidos aos trabalhadores urbanos, como licença maternidade, direito à previdência e ser reconhecida como trabalhadora rural. (DEERE, 2004; LISBOA E LUSA, 2010; SALVARO, LAGO e WOLFF, 2014; MACIAZEKI-GOMES et al, 2021).

Lisboa e Lusa (2010, p. 878, grifo nosso) complementam que:

O MMC reformula seus objetivos, bem como suas estratégias de lutas, a partir de meados do novo milênio e trabalha atualmente com três grandes áreas de lutas sociais: a questão da justa distribuição de terra para quem nela deseja viver e trabalhar; a criação, implantação e execução de políticas públicas, econômicas sociais e culturais que possibilitem o desenvolvimento da agricultura camponesa, sustentável e agroecológica; e aquela pela garantia de manutenção e efetivação de direitos já conquistados anteriormente. **A atual “bandeira de luta” configurada como mensagem política do MMC/ SC é “a emancipação das mulheres camponesas e a construção da agricultura camponesa e ecológica combinadas com a luta pela transformação da sociedade”.**²³ [...] Há que ressaltar a importância do MMC tanto em nível nacional (está organizado em 22 Estados do Brasil), quanto nos níveis

estaduais, regionais e locais, para a dinâmica social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. Através de sua organização e de sua atuação política, esse movimento social feminista, de classe e do campo, contribui significativamente para instigar a transformação societária, minando as estruturas do sistema capitalista com suas lutas políticas e sociais.

Na demanda de trabalho, temos também o Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP), pouco conhecido e explorado nos estudos. Manesch, Siqueira e Álvares, (2015, p. 719) relatam sobre essa falta de reconhecimento do trabalho que estabelece a divisão sexual entre homens e mulheres.

As autoras complementam que:

As reivindicações de mulheres por reconhecimento de seus vários papéis – econômicos, sociais, políticos – tendem a significar empoderamento das comunidades no tocante ao controle dos recursos de que dependem. Isso porque tratam de trazer a gestão pesqueira para o nível local, compreendendo que a pesca artesanal, como as demais atividades produtivas não se mantêm por si sós, através dos laços mercantis [...]. Dentre as repercussões desses processos para as mulheres, vem se acentuando a instabilidade que já caracterizava a atuação feminina no setor, no mais das vezes conjugando-se com precariedade, baixa renda e exclusão de direitos profissionais e sociais. É o que ocorre, por exemplo, quando decréscimos nos volumes de pescado desembarcado ou o deslocamento de plantas processadoras levam à diminuição de postos para mulheres e sua conseqüente marginalização de benefícios previdenciários que dependem de tempo mínimo de exercício, como tem sido registrado, por exemplo, no Canadá. (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2015, p. 722-723).

No meio urbano, também é discutida a demanda de trabalho na questão das organizações públicas e privadas, uma vez que é necessário manter uma pró-equidade de gênero dentro no ambiente. Sendo necessário implementar práticas de gestão que possibilitem a permanência do colaborador na instituição. (PINTO, ANDRADE JÚNIOR e LUZ, 2009).

A pobreza é uma demanda em comum discutida nos MMC, MMP e no MM como um todo, uma vez que os trabalhos analisam os impactos das dependências econômicas que as mulheres têm no seu ambiente familiar. O trabalho de Nobre (2016), não discute uma política pública em específico aplicada no Brasil, mas explora as condições da economia e a relação da posição da mulher voltada ao trabalho. Com dados da ONU Mulheres (Organização das Nações Unidas Mulheres) é apresentada uma discussão sobre as causas da desvalorização do trabalho da mulher dentro da sociedade e seus impactos na economia dos países.

A autora complementa com:

Nesse momento o debate sobre as mulheres ganhou importância. As mulheres eram consideradas as mais vulneráveis, as mais pobres entre os pobres. Mas também aquelas capazes de gerir, por meio de trabalho não remunerado realizado em casa e nas comunidades, as necessidades que Estado e setor privado nem se propunham nem conseguiam responder. Nesse contexto, as especialistas em gênero são convocadas a

fornecer análises que olhassem as mulheres e as convocassem ao esforço de humanização do ajuste. Tal processo criou as bases para a chamada globalização da economia, a criação de instituições e regras que assegurem aos capitais transnacionais um campo de atuação sem impedimentos para a realização de lucros, subordinando, a esta lógica, legislações e políticas nacionais. (NOBRE, 2016, p. 646).

O Movimento de Mulheres Negras (MMN) é citado no trabalho de Ribeiro (2008) e de Damasco, Maio e Monteiro (2012), que citam sobre a esterilização cirúrgica nas mulheres negras no país, que tiveram um viés racista para o controle de natalidade. Essas informações só foram apuradas por uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) em 1990 com apoio das feministas negras no MMN. As autoras complementam que:

Na década de 1990, momento em que esse documento foi produzido, havia uma ideia dominante acerca da existência de um interesse internacional, em especial dos Estados Unidos, de controlar a natalidade de populações de países menos desenvolvidos. As ativistas negras afirmaram não haver na época a disseminação de informações e a oferta de métodos contraceptivos pelos serviços de saúde – além da cirurgia de esterilização – que possibilitaram às mulheres escolher conscientemente de que forma vivenciarão a sua sexualidade e saúde reprodutiva. (DAMASCO, MAIO E MONTEIRO, 2012, p. 142).

Ainda nessa temática Lyra e Dantas (2019) também focam o trabalho em direitos sexuais e direitos reprodutivos no Brasil avaliando a participação de diversos os atores envolvidos no período de 2003 a 2006, sendo eles:

[...] movimento feminista, pesquisadores, redes políticas dos movimentos sociais, gestores, sistema das Nações Unidas, setor médico, ONGs que trabalham com a temática das masculinidades, campo jurídico, campo de análise do legislativo, sanitaristas, demógrafos e campo do debate sobre planejamento familiar.

A temática cidadania é citada nos textos, mas o texto de Franco (2004) explora a temática abordando sobre voto, participação política das mulheres nos espaços de poder e que tipos de ações podem ser tomadas para aumentar a participação feminina no Estado.

Muitos trabalhos não focam em uma única demanda em específico, mas pontuam diversas demandas a serem estudadas e atualizadas dentro do movimento feminista/ mulheres, sendo necessário fazer o aprofundamento e acompanhamento da agenda em diversos níveis.

Essa atualização é realizada através de estudos e de debates realizados dentro do ambiente doméstico e internacional. Essa continuação da discussão ressalta as demandas que ainda não foram conquistadas em formas de PP pelo Estado, mas também mantém o ambiente ativo para que as que já foram conquistadas consigam ser preservadas e se aperfeiçoadas. É

interessante ressaltar que como campo de estudos, as demandas vão se remodelando de acordo com o que o movimento procura pontuar como importante na construção da sua agenda.

Sendo assim, Nobre e Faria (2003) discutem em seu trabalho sobre o Fórum Mundial das Mulheres. Costa (2004) explora a mulher como campo de estudos nas universidades do Brasil. Grossi (2004) e Minella (2004) discutem o início de grupos de estudos sobre as mulheres e como investimentos internos e externos influenciaram na criação da Revista Estudos Feministas (REF), para que o campo da teoria feminista/ mulher fosse estabelecido no país. Sarti (2004) discute uma reflexão do feminismo ao longo dos anos e o seu desenvolvimento desde 1970. Barsted (2008) analisa dossiês e explora vários temas, mas foca principalmente na atualização das demandas ao longo dos anos e do aprofundamento teórico histórico.

Wolff (2008) relata sobre a REF e como a revista proporcionou o desenvolvimento dos campos de estudos de gênero no país. Prá e Epping (2012) exploram sobre os eventos internacionais e suas demandas, como: a promoção da igualdade de gênero, a eliminação da violência contra a mulher, direitos reprodutivos, saúde física e mental e entre outros. Nobre (2016), discute a relação da economia com as mulheres avaliando um estudo da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre as mulheres no mundo. Melo (2020) discute sobre a campanha antigênero que vem acontecendo ao redor do mundo e no Brasil, e como as os movimentos sociais (principalmente de mulheres) vem resistindo as tais intervenções.

Ballestrin (2017, p. 1039) explora uma compreensão sobre o feminismo presente no Sul Global (feminismo subalterno) e o início de uma teoria que trabalhe a democratização interna do movimento para mulheres negras, lésbicas, pobres e trabalhadoras. Uma vez que o feminismo é caracterizado muitas das vezes como ocidental, não abrangendo questões sobre gênero, raça e classe social no mundo pós colonial da América Latina. “Não se trata de um debate sobre diferenças, mas, sim, sobre estar em diferentes posições para enxergá-las, ou, mesmo, identificá-las. O debate ainda é sobre igualdade.” (BALLESTRIN, 2017, p. 1051).

Federici e Valio (2020) focam o trabalho apresentando as movimentações das mulheres diante de crises econômicas e políticas dos seus países. Nele é destacado um panorama do ativismo na América Latina (camponesas/índigenas e afrodescendentes).

Silveira e Godinho (2021) debatem sobre a obra de Heleieth Saffioti e o feminismo de esquerda, em como as definições de sexo, raça/etnia e classe impulsionam uma compreensão maior sobre o trabalho e as relações de desigualdades. A autora também se aproximou dos temas relacionados a violência contra a mulher.

4.2 Demandas menos discutidas

Algumas demandas foram apresentadas apenas uma vez e tiveram só essa demanda em específico a ser explorada nos textos, como Direitos reprodutivos da mulher negra, Moradia, Feminismo Translocal e Violência contra a mulher em contextos de guerra (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012; LEVY, LATENDRESSE, MARSAN, 2013; ALVAREZ, 2009; MATUELLA, 2017).

4.3 Demandas não identificadas

Nos textos analisados, não foram explorados os temas sobre a Educação das mulheres, Publicidade sexista, Tráfico de mulheres e Trabalho doméstico. Como o MM é diversificado, não foram encontrados trabalhos que falassem com profundidade sobre as mulheres indígenas, étnicas, geracionais e da comunidade LGBT + (Lésbicas, Bissexuais e Transexuais).

4.4 Políticas Públicas Discutidas

Farah (2004), analisa a agenda no campo de públicas no movimento feminista e aborda algumas políticas como:

Sob impacto desses movimentos, na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. 20 Tal é o caso da criação do primeiro **Conselho Estadual da Condição Feminina**, em 1983, e da primeira **Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher**, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram a seguir por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**, órgão do Ministério da Justiça. 21 Foi também a mobilização de mulheres que levou à instituição do **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher** (PAISM), em 1983. (SAFFIOTI, 1994; CARRANZA, 1994 apud FARAH 2004, p.51, grifo nosso).

Através do trabalho sobre o jornal 'Fêmea', foi possível identificar as propostas legislativas que ocorriam no congresso e que tinham interesse dos movimentos feministas (BARBOSA, 2004, p. 154).

Das mais de 30 leis de interesse direto das mulheres, aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República até maio de 2001, destacam-se: o salário maternidade para as trabalhadoras rurais ('94); a suspensão de reservas à Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW ('94); a licença compulsória por motivo de aborto ('94); a proibição de exigência de atestado de gravidez e esterilização, no trabalho ('95); berçários em instituições penais ('95); a ratificação da Convenção de Belém do Pará ('95); as leis eleitorais que introduziram o sistema de cotas por sexo ('95 e '97); o planejamento familiar ('96); a união estável ('96); proteção ao mercado de trabalho da mulher ('99);

cirurgia plástica reparadora de mama ('99); percentual para saúde no Orçamento da União (2000), entre outras (BARBOSA, 2004, p. 152).

Três demandas são conquistadas pelo MMC, a partir de 1994, I) o salário maternidade para as mulheres trabalhadoras rurais, II) a categoria da profissão de agricultora, dando com isso direitos trabalhistas e III) direitos previdenciários com o direito da mulher à aposentadoria rural em 1995. (LISBOA e LUSA, 2010, p. 878).

Também foram criados programas para MMC, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (1995) e PRONAF – Eco (Semeando Verde) (2002) “ambos previstos na política de desenvolvimento da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário” (LISBOA E LUSA, 2010, p. 879).

As autoras complementam que:

Além disso, por ser um programa voltado para a família, quando um membro acessa uma linha de crédito, os demais membros ficam automaticamente excluídos da possibilidade de acessá-lo naquele mesmo período. Como consequência, o que se observa é que, apesar de o governo prever a linha de crédito para as mulheres, elas acabam não a acessando, pois, conforme depoimento de uma entrevistada, acaba não sendo conveniente para a família, de forma geral. (LISBOA E LUSA, 2010, p. 879).

Salvaro, Lago e Wolff (2014) também exploram o MMC e ressaltam como ele precisa aumentar o número de participação de mulheres, para conseguir manter os direitos já conquistados. Uma vez que o movimento começa a passar por problemas como o processo de envelhecimento das mulheres, êxodo rural e outras categorias de trabalho no século XXI, fazendo com que as mulheres jovens não queiram trabalhar com agricultura no campo.

Maciazeki-Gomes et al (2021) também discutem o MMC, relatam além das conquistas, a participação política dentro do movimento e na sua busca pelo fortalecimento da valorização do trabalho rural.

Ribeiro (2008, p. 807), explora algumas secretarias vinculadas à presidência, como: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). “Essas Secretarias inauguram uma página significativa no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes do racismo, das discriminações e das desigualdades sociais históricas.”

É discutido o ativismo brasileiro e latino-americano-caribenho, trazendo como centro de análise a mulher negra brasileira. Além de explorar também o Programa de

Fortalecimento Institucional para Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE) no ano de 2004. A autora discute ainda que:

No mundo do trabalho, a SEPPIR, SPM, Ministério do Trabalho, Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos e Organização Internacional do Trabalho são parcerias no Plano Trabalho Doméstico Cidadão, o qual visa à elevação da escolaridade, ampliação da proteção social, fortalecimento da representação das trabalhadoras domésticas, melhoria das condições de trabalho e moradia, e garantia de direitos trabalhistas. Por meio do projeto Gênero, Diversidade e Orientação Sexual na Escola, professores do ensino fundamental da rede pública estão sendo formados para combater o preconceito em sala de aula. A iniciativa é desenvolvida pela SEPPIR, SPM, Ministério da Educação e Conselho Britânico no Brasil (RIBEIRO, 2008, p. 808).

Ao pesquisar sobre as conferências municipais de políticas para as mulheres, é citado o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Belo Horizonte como objeto de estudo no período de 2004 a 2010. “[...] ao se apresentarem nesses espaços de participação e deliberação propícios à inclusão política, buscam avançar na conquista de direitos e romper com as diversas condições que reproduzem a desigualdade entre gêneros. (BRASIL e REIS, p. 9).

As autoras completam que:

[...] na compreensão da maioria das conselheiras, a participação em conferência possibilita a inclusão política das mulheres a partir do caráter educativo e de transferência de conhecimentos e informações. Outro aspecto presente [...] muito importante para a inclusão política das mulheres é a possibilidade de participação direta na articulação, interlocução e debate. (BRASIL e REIS, p. 22).

Costa e Coêlho (2020), trabalham sobre Organismo de Políticas para as Mulheres (OPM), em que são “[...] são instituições responsáveis pela elaboração, coordenação, articulação e execução de políticas para mulheres.”

[...] Os objetivos do estudo foram explicar qual a resposta do Estado para atender a uma demanda social crescente e como o sistema político adotou a inovação OPM. A análise demonstra que o avanço do modelo deve-se à ação coordenada do governo federal, às características regionais e ao papel das lideranças locais. Tal dinâmica ilustra que o sistema político respondeu positivamente ao novo modelo de solução, dado que as networks foram ativadas e os atores defensores dos instrumentos da política exerceram papel decisivo na consolidação do novo arranjo institucional [...] (COSTA e COÊLHO, 2020).

Wolff (2008) cita a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:

[...] com status de Ministério, que adquiriu espaços no orçamento e nas políticas em que tem se destacado: especialmente com a aprovação da **Lei Maria da Penha**, que penaliza a violência contra as mulheres de maneira efetiva; com as políticas de

equidade de gênero em empresas públicas; com os concursos de monografias e as pesquisas sobre gênero e mulheres; além das conferências de políticas para as mulheres e dos conselhos, entre outras ações. (WOLFF, 2008, p. 84, grifo nosso).

No trabalho de Santos (2015) é citado um Pacto Nacional contra a violência, “Todos os 26 estados da Federação e o Distrito Federal assinaram o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Cada estado tem pelo menos uma delegacia especializada no atendimento à mulher.” (SANTOS, 2015, p. 581). O foco do trabalho é analisar e entender como os atores que fazem parte da rede de enfrentamento e atendimento da Lei Maria da Penha (LMP) na cidade de São Paulo trabalham em conjunto para conseguir propor um suporte à mulher, o estudo deixa claro as diferentes abordagens de implementação da lei, uma vez que a LMP é composta por diversos modos de trabalhos nas delegacias, ongs, movimentos etc.

Bragagnolo, Lago e Rifiotis (2015, p. 603) aprofundam o entendimento sobre as práticas dos juízes e a sua participação na aplicação da LMP, mostrando três estilos: o tutelar, o arbitral e o de reparação moral. É necessário complementar que:

Em resumo, a pesquisa mostrou como os/as magistrados/as, nas audiências de ratificação no período da pesquisa, não apenas aplicavam a LMP e o Código Penal, mas o fazem guiados por valores morais e políticos, demonstrando que o Judiciário nem sempre atuava dentro das expectativas implicadas na LMP. Há, portanto, uma significativa convergência entre o campo moral e o jurídico. Essa questão pode ser visualizada nas margens elásticas de interpretação da LMP, das quais sobressaem especialmente a valoração da família, deixando perceber que a tradução dos casos de “violência doméstica e familiar contra a mulher” não se esgota nos seus enunciados legais e deve ser permanentemente monitorada. (BRAGAGNOLO, LAGO e RIFIOTIS, 2015, p. 615).

Nothhaft e Beiras (2019. p. 2) analisam a LMP através de teses e dissertações, procurando estabelecer “[...] o conhecimento sobre as intervenções brasileiras com autores de violência doméstica e familiar a partir da análise e sistematização da produção acadêmica nacional sobre tema.” As autoras procuram levantar uma discussão em torno do autor da violência.

O Programa Pró-equidade de Gênero da Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República - Decreto 5.390/2005, tem a participação de múltiplos atores. Ele auxilia as organizações a promoverem a igualdade de gênero no ambiente de trabalho, no estudo é apresentado uma lista de organizações públicas e privadas que aderiram a esse programa. Obtendo uma certificação de validação que apresenta para a sociedade civil que a organização pratica a igualdade de gênero na organização. (PINTO, ANDRADE JÚNIOR e LUZ, 2009). Para complementar, os autores abordam que:

O objetivo geral é contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência do emprego os objetivos específicos são conscientizar e sensibilizar dirigentes, empregadores (as), trabalhadores (as); estimular a prática de gestão que promova a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres dentro das organizações reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a Equidade de gênero no mundo de trabalho; criar rede própria Equidade de gênero; e construir um banco de boas práticas de gestão que possibilite a troca de experiências de promoção da Equidade de gênero no trabalho (PINTO, ANDRADE JÚNIOR e LUZ, 2009, p.404).

O trabalho de Barros e Melo (2016) analisa o Programa do Bolsa Família (PBF) na perspectiva das Beneficiárias, e como se dá o empoderamento da mulher na concessão desse benefício. O programa tem como finalidade de diminuir a pobreza das famílias brasileiras. Dentre os apontamentos, “O PBF foi uma concessão do Estado sem prévia conscientização e mobilização das mulheres para a obtenção da ajuda financeira. Verifica-se, então, a manutenção do patriarcalismo e da figura do Estado protetor” (BARROS e MELO, 2016, p. 216).

Após a apuração da CPMI sobre a esterilização cirúrgica nas mulheres brasileiras, a Lei do Planejamento Familiar foi criada em 1996. Ela estabelece:

[...] que a esterilização cirúrgica só pode ser realizada em mulheres com idade mínima de 25 anos ou que tiverem pelo menos dois filhos. [...] As investigações da CPMI de 1993 não constataram a existência de políticas oficiais voltadas ao controle da natalidade da população negra no país. Todavia, ela representou um passo importante na afirmação da identidade das ativistas negras na medida em que abriu espaço, na esfera parlamentar e governamental, para averiguação das denúncias suscitadas pelas militantes, gerando maior visibilidade do feminismo negro (DAMASCO, MAIO e MONTEIRO, 2012, p. 147).

Com o direito ao voto em 1932 no Brasil, o Programa Nacional de Ações Afirmativas criado em 2002 tinha o intuito de estimular cotas para as mulheres no propósito de aumentar a participação das mulheres nos ambientes da Administração pública, um espaço carente de representação do MM.

As mulheres sempre encontraram muita resistência por parte da sociedade para exercerem sua cidadania, a elas não foi cedido espaço para questionamento e para luta. O conservadorismo político e a manutenção da cultura política tradicional e pouco igualitária são causas que atestam a necessidade da política de cotas (FRANCO, 2004, p. 1118).

Vale ressaltar mais um ponto de Franco (2004, p. 1120):

As ações afirmativas surgem, portanto, como força nova para velhos anseios, como uma tentativa de concretização de uma igualdade substancial e material. Uma das traduções das ações afirmativas em relação às mulheres foi o estabelecimento das políticas de cotas, assunto que está longe de pacificação ou unanimidade. Apesar de ser óbvia a necessidade de participação das mulheres nas arenas decisórias, as cotas,

da forma com que foram implantadas no Brasil, não alcançaram os resultados desejados, o que para os críticos enseja a desconfiança em relação à validade do binômio: inserção das mulheres nas arenas de decisão-diferencial na política. Todavia, mesmo prejudicadas pelo sistema institucional vigente, as cotas para mulheres no Parlamento são justificáveis pela exclusão do sistema eleitoral, pela cultura política machista e pelo desenvolvimento dos direitos e dos pleitos femininos. As cotas são importantes, pois os partidos políticos não podem mais encarar as mulheres como uma porção do eleitorado que deve conquistar, mas como parte do jogo, como um ator político (FRANCO, 2004, p. 1120).

Sobre moradia, é explorado o papel dos movimentos no setor imobiliário e no espaço urbano, além de debater uma expectativa de desenvolvimento nas cidades que mostrem um espaço para a mulher, principalmente de moradia. Em São Paulo existiu o Fundo de Assistência à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS) com casas populares, financiado pela Prefeitura, essas casas tinham como público final dentre os beneficiários as famílias monoparentais mulheres chefes de família, vítimas de violência conjugal, afro-brasileiras ou portadoras do vírus HIV. Também teve início o Programa federal “Minha Casa, Minha Vida”. (LEVY, LATENDRESSE e MARSAN, 2013, p. 134).

Sobre o Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP) ressalta a participação do movimento nas Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca de 2004 e 2006, realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Que através desses encontros motivou a articulação da Lei de Pesca do Brasil - Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2015, p. 728). Os autores abordam que:

Essa movimentação, levada a efeito com diferentes ênfases em vários estados, repercutiu na formulação da nova Lei de Pesca do Brasil, a qual incorporou uma concepção ampliada de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivos. [...] É digno de nota que, no Brasil, reuniões governamentais participativas para debater e propor políticas pesqueiras passaram a incluir temáticas sobre mulheres. Não são “temas centrais” e nem atraem a mesma atenção de público que os assuntos mais claramente econômicos. Mas é inegável o significado simbólico e político dessa inclusão. [...] (MANESCHY, SIQUEIRA e ÁLVARES, 2015, p. 728).

Brandt et al (2017) fazem uma análise do órgão de Florianópolis (SC), a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM), fazendo um estudo de caso no órgão, no intuito de compreender como é realizado a estratégia como prática social do ponto de vista de gênero na implementação de políticas públicas. Eles analisam o Relatório Anual de Gestão 2012 e 2014, o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, a Criação do Comdim, Compilação de Leis Municipais de Florianópolis dos Direitos para as Mulheres e entre outros documentos de gestão (BRANDT et al, 2017, p. 74).

Além das competências estabelecidas em lei, a CMPPM tem suas ações orientadas pelas diretrizes do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) de Florianópolis de 2012, e não atua apenas na defesa das mulheres vítimas de violência, mas também para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres do município, possibilitando ações que promovam uma maior autonomia para elas. [...] Identificou-se que as atividades realizadas pela CMPPM estão contempladas em sete: **(1) Projeto Diálogo com as Comunidades;** **(2) Projeto 16 Dias de Ativismo;** **(3) Ação de Renomeação da Câmara Técnica;** **(4) Ação de Proposta da Estrutura da Secretaria da Mulher;** **(5) Ação de Datas Comemorativas;** **(6) Ação de Articulação e** **(7) Ação de Gestão.** (BRANDT et al, 2017, p. 75, grifo nosso).

Em cada projeto analisado, ressalta-se a criação da Secretaria da Mulher, em que “A ideia foi integrar todos os serviços prestados para as mulheres em Florianópolis em um único lugar.” (BRANDT et al, 2017, p. 78). Ressalta-se também como são realizadas as estratégias de execução de cada ação durante o ano. Os autores complementam:

Quanto à perspectiva de gênero nas políticas públicas, constatou-se que elas decorrem da demanda de mulheres do município e que todas as atividades realizadas buscam promover a redução das desigualdades de gênero, como em campanhas de conscientização da violência contra as mulheres (16 Dias de Ativismo) e projetos com intuito de buscar promover maior autonomia para o mercado de trabalho e empoderamento econômico (Diálogo com as Comunidades). [...] Assim, suas atividades estão impactando diversas mulheres no município de Florianópolis (SC); no entanto, é importante ainda ressaltar que tantas outras mulheres ainda não são impactadas por tais políticas, sendo importante um maior enfoque na busca daquelas que necessitem de ações do Estado para alterarem as ainda presentes relações de desigualdades, violência e exploração que ainda são infligidas tanto por questões de gênero, mas também de raça, classe, orientação sexual, geracional, deficiência física, entre tantas outras (BRANDT et al, 2017, p. 85 - 84).

Marcondes, Diniz e Farah (2018, p. 38) analisam a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Poder Executivo e discutem sobre a “transversalidade no processo de estruturação da política pública para mulheres no Brasil”. As autoras trabalham com documentos da secretaria, definindo uma linha histórica sobre os planos e projetos já criados, no intuito de avaliar as ações do órgão federal. É analisado os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs) e as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM).

Sobre as conferências, elas começaram a tratar em suas edições sobre desigualdades raciais e étnicas, e posteriormente a criação da SEPIR, orientação sexual, geracional, mulheres travestis e transexuais e ao combate à transfobia e as mulheres transexuais e travestis foram consideradas sujeitos aos longos dos encontros. (MARCONDES, DINIZ e FARAH, 2018, p. 50). As autoras continuam suas abordagens com:

Essa progressiva articulação entre transversalidade e interseccionalidade não significou, entretanto, a revisão das ações segundo uma perspectiva interseccional. Nos documentos analisados há uma permanente oscilação na abordagem do sujeito da política. Em alguns eixos dos Planos, como o enfrentamento à violência, as ações previstas priorizam a mulher como um sujeito universal, enquanto em outros, como os destinados à saúde, direitos sexuais e reprodutivos e à autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, evidencia-se maior articulação de diferenças na formulação de ações (MARCONDES, DINIZ E FARAH, 2018, p. 50).

Sobre os Planos há uma maior ampliação da gestão da transversalidade do governo (em nível federal, estadual e municipal) e na aplicação e acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas.

Outro aspecto que ganhou maior relevância foi o estímulo à criação e ao fortalecimento de organismos de políticas para mulheres em nível subnacional, por um lado, e de espaços de participação e da relação entre Estado e sociedade civil, por outro. [...] A articulação Estado-sociedade civil, por outro lado, esteve presente desde as primeiras edições dos Planos e da Política Nacional, como parte do fundamento de legitimação desses instrumentos. As Conferências tornaram-se relevantes arenas de negociação entre agentes governamentais e da sociedade civil, a fim de estabelecer as prioridades da área. (MARCONDES, DINIZ E FARAH, 2018, p. 54 - 54).

Dentre as suas considerações, destaca-se as contribuições que são desenvolvidas no trabalho sobre duas áreas do conhecimento para os estudos de gênero e a administração pública.

Lyra e Dantas (2019, p. 9), ressaltam que no Brasil existe uma Política Pública de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil, pontuando que:

A análise de todo o material empírico evidencia, em linhas gerais, uma Política Pública de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Brasil consolidada, pelo menos no plano da formulação, dos documentos de domínio público, apesar de recente e com vários campos de tensão em torno de problemas fundamentais. A diversidade profícua de documentos (entre resoluções, normas técnicas etc.) e o relato dos entrevistados apresentam o período analisado (primeira gestão do governo Lula – 2003-2006) como um momento de fortalecimento e reconhecimento público de pautas antes restritas à agenda dos movimentos sociais em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. [...] Após mais de cinquenta anos de incidência do movimento feminista na elaboração de políticas públicas, o que se observa no Brasil parece ser um desenvolvimento bastante significativo de políticas que buscam atender às necessidades específicas das mulheres em várias áreas, especialmente saúde, trabalho, violência.

Klein (2021, p. 1-2), discute a política pública Primeira Infância Melhor (PIM/RS) do Rio Grande do Sul, ressaltando que:

[...] política pública voltada a ensinar às mulheres pobres determinadas formas de viver a gestação e exercer a maternidade, pois é por meio desses ensinamentos que o PIM posiciona e responsabiliza, sobretudo, as mulheres pelo desenvolvimento integral da primeira infância. [...] Nesse contexto, o PIM completa 17 anos no estado do Rio

Grande do Sul e serve como referência teórico-metodológica para o atual Programa Criança Feliz (PCF), do Governo Federal. O PCF 2 foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, por meio do Decreto 8.869/2016, do dia 5 de outubro de 2016, vinculando-se ao Ministério da Cidadania e à Secretaria Especial de Desenvolvimento Social.

Diversas políticas públicas foram abordadas ao longo deste trabalho, que auxiliaram na compreensão das demandas e das conquistas dos movimentos de mulheres ao longo de diversos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que a partir da segunda onda, com o início dos estudos sobre a mulher, diversas temáticas/ demandas/ pautas começaram a ser exploradas na academia e pelo Estado na formulação de políticas públicas. As demandas de trabalho aparentam ser mais presentes no MM, como por exemplo o MMC e a conquista de direitos articulados por atores do movimento rural e o MMP na participação da Lei da Pesca.

Fica claro que nesse recorte de tempo (2003 - 2021) algumas demandas e políticas públicas foram impulsionadas pelo ambiente internacional. Com a atualização constante da agenda de mulheres/ feministas. As convenções e conferências acabam sendo relevantes na construção de pautas e demandas específicas de cada movimento presente no MM. Mesmo que exista uma agenda internacional, cada país apresentará um contexto diferente de implementação, como apresentado em diversos trabalhos sobre a compreensão do movimento.

Dentro dos trabalhos analisados, a política pública da Lei Maria da Penha perpassa constantemente por um processo de avaliação, e que tenta propor uma maior eficiência na atuação do Estado para trazer um suporte mais efetivo em casos de violência.

Diante de diversas demandas trabalhadas nos resultados percebe-se a diversidade de demandas/ pautas articuladas nos diversos movimentos de mulheres, o que reflete na expansão dessas temáticas nas três ondas do feminismo.

Sobre as limitações da pesquisa, identifica-se um número muito limitado de trabalhos que falam sobre o movimento feminista/ mulheres no campo de públicas. Me deparei diversas vezes com trabalhos que focaram apenas no feminismo ou apenas na política pública. A junção dos temas às vezes era um pouco difícil de encontrar. Uma vez que aparenta existir uma distância entre o que é debatido no feminismo e o que é posto em prática na política pública.

Esse processo de invisibilidade discutido no referencial teórico está começando a ser desconstruído com muitos estudos voltados para a compreensão da mulher e o seu espaço na sociedade, uma vez que diversas áreas foram exploradas na análise dos resultados.

Diante dos trabalhos analisados 32 fazem parte da Revista de Estudos Feministas e 8 fazem parte do campo de públicas, existe uma explicação porque a revista de estudos feministas possui muitos trabalhos e uma ampla diversidade de conteúdo voltadas para os estudos de gênero. A revista foi criada com o intuito de estabelecer um campo de estudos de gênero no Brasil.

Após as leituras dos trabalhos, algumas sugestões de pesquisas foram levantadas, como:

- Estudos que façam uma revisão bibliográfica com mais bases de dados (e com mais revistas), além de incluir outros tipos de trabalhos como monografias, dissertações e teses voltadas ao tema do movimento feminista no campo de públicas.
- Estudos que possa fazer uma análise dos eventos internacionais (Convenções e Conferências), nacionais, regionais e municipais, realizados com a participação movimento feminista e quais os seus impactos na criação de políticas públicas no Brasil.
- Análise de Tratados, Acordos e Protocolos e a sua aplicação em políticas públicas.
- Estudos sobre o feminismo com recorte histórico em: classe, juventude, gênero, raça, etnia, geracional, rural e de outros grupos minoritários do movimento. Podendo levantar temáticas específicas de cada grupo como: educação, moradia, trabalho, sexualidade, cidadania, direitos reprodutivos, atuação política, saúde, pobreza e violência. Como, por exemplo o trabalho da Deere (2004) “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira” ou o trabalho da Damasco, Maio e Monteiro (2012) “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 – 1993)”.
- Por estarmos dentro de um ambiente multicultural (UNILAB), sugerem-se também trabalhos analisando os percursos do feminismo e das políticas públicas desenvolvidas dentro da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e da América Latina, para entender de que forma a agenda feminista brasileira

conversa com seus países parceiros, uma vez que Convenções e Conferências são realizadas como formas de alinhamento em organizações internacionais.

- Estudos que trabalhem sobre o processo de implementação e avaliação de políticas públicas para mulheres, verificando a efetividade dessas PP (s) e a participação do movimento e das organizações nesse processo, uma vez que Santos (2015) analisa por exemplo as redes de atendimento/ enfrentamento em São Paulo contra a violência contra a mulher, trazendo uma ampla compreensão sobre os diversos atores da rede presentes na região.
- Estudos que avaliem instituições que são responsáveis pela aplicação de PP em nível federal, estadual e municipal.
- Por último, sugere-se também uma análise sobre como o movimento feminista foi/é excludente no próprio movimento de mulheres, uma vez que o próprio movimento apresenta uma diversidade de demandas de grupos específicos.

Contudo, esta pesquisa apresentou diversas demandas do movimento de mulheres (movimento feminista) que vem sendo exploradas na literatura brasileira, assim como também as políticas públicas que tem sendo discutidas em conjunto. Os objetivos da pesquisa de apresentar as ondas do feminismo e as políticas públicas foram alcançados, no intuito de contribuir em uma maior compreensão em estudos no campo de públicas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 743-753, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. Reflecting on the World Social Forum from a feminist perspective. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 644, 2003.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1035-1054, 2017

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1035-1054, 2017.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes. Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do Jornal Fêmea. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 142-156, 2004.

BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes. Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do Jornal Fêmea. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 142-156, 2004.

BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L. Empoderamento ou Mudança de Situação Financeira? Um Estudo com Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 70, p. 266-283, 2016.

BARSTED, Leila Linhares. As relações da Revista Estudos Feministas com os movimentos de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 97-103, 2008.

BEAUVOIR, Simone. *Le Deuxième Sexe : Le Faits et les Mythes*. Paris: Gallimard, 1949.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; LAGO, Mara Coelho de Souza; RIFIOTIS, Theophilos. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 601-617, 2015.

BRANDT, Jaqueline Zermiani et al. Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 64-87, 2017.

BRASIL, F. P. D.; REIS, G. G. Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 1, p. 7-27, 2015.

BRASIL. Lei N.º10.683. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, de 28 de maio de 2003.

BRASIL. Lei N.º13.844. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios [...], de 18 de junho de 2019.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E., orgs. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CARNEIRO, Sueli. 1993. Cadernos Geledés IV: Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cadernos-geledes/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

COSTA, M. L. W.; COÊLHO, D. B. Difusão dos Organismos de Políticas para Mulheres nos Governos Municipais: Análise dos Determinantes da Política (1998-2014). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2020.

COSTA, Sueli Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 23-36, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2010.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 133-151, 2012.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 175-204, 2004.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 47-71, 2004.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.

FRANCO, H. P. P. A política de cotas para mulheres no Legislativo, o feminismo e as ações afirmativas. *Revista de Administração Pública*, v. 38, n. 6, p. 1109-1122, 2004.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDSTEIN, Leslie F. Early Feminist Themes in French Utopian Socialism: The St.-Simonians and Fourier. *Journal of the History of Ideas*. v. 43, No. 1. 1982.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 211-221, 2004.

KLEIN, Carin. Maternidades em contextos educativos do PIM/RS. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 2021.

KROLØKKE, Charlotte; SØRENSON, Anne. Scott. *Gender communication theories and analyses: From silence to performance*. Sage Publications. 2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*, v. 5, 2003.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Editora Cultrix, 2019.

LEVY, C.; LATENDRESSE, A.; MARSAN, M. C. Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 63, p. 310-334, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero-Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 871-887, 2010.

LYRA, Jorge; DANTAS, Benedito Medrado. As tramas de uma complexa rede: atores e atrizes da política de direitos reprodutivos no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia et al. Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 713-737, 2012.

MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de Gênero: Uma Análise sobre os Significados Mobilizados na Estruturação da Política para Mulheres no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 2, p. 35-61, 2018.

MATUELLA, Iazana. Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1277-1295, 2017.

MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

MINELLA, Luzinete Simões et al. Feminismos e publicações: pulsações de teorias e movimentos. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 7-13, 2004.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 645-653, 2016.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, p. 623-632, 2003.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. 2003.

PINTO, E. L.; ANDRADE JÚNIOR, H.; LUZ, R. P. Pró-equidade de gênero: incorporando políticas de ação afirmativa no mundo do trabalho. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 4, p. 401-413, 2009.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas** v. 20, p. 33-51, 2012.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 801-811, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade** 2. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 51-70, 2014.

SANTOS, Agnaldo dos. Construção das Políticas Públicas—processos, atores e papéis. **Instituto Pólis**, São Paulo. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/10/1244.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 577-600, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 577-600, 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 35-50, 2004.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SILVEIRA, Maria Lucia da; GODINHO, Tatau. Diálogos sobre a obra de Heleieth Saffioti e o feminismo de esquerda. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E., orgs. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 81-86, 2008.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. **IX Seminário Internacional de História da Literatura**, p. 407-415, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TABULAÇÃO DOS 38 TRABALHOS

Título	Nome do/s Autor/es	Ano da publicação	Revista
Pensando o Fórum Social Mundial através do feminismo	ÁVILA, Maria Betânia.	2003	Revista Estudos Feministas
Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial	NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu.	2003	Revista Estudos Feministas
Movimentos feministas, feminismos	COSTA, Suely Gomes.	2004	Revista Estudos Feministas
Gênero e políticas públicas	FARAH, Marta Ferreira Santos.	2004	Revista Estudos Feministas
Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira	DEERE, Carmen Diana.	2004	Revista Estudos Feministas
Publicações feministas do CFEMEA: análise de conteúdo do Jornal Fêmea.	BARBOSA, Michelle Cristiane Lopes.	2004	Revista Estudos Feministas
A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil	GROSSI, Miriam Pillar.	2004	Revista Estudos Feministas
O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória	SARTI, Cynthia Andersen.	2004	Revista Estudos Feministas
Feminismos e publicações: pulsações de teorias e movimentos	MINELLA, Luzinete Simões et al.	2004	Revista Estudos Feministas
A política de cotas para mulheres no Legislativo, o feminismo e as ações afirmativas	FRANCO, H. P.	2004	Revista de Administração Pública

O feminismo em novas rotas e visões	RIBEIRO, Matilde.	2006	Revista Estudos Feministas
As relações da Revista Estudos Feministas com os movimentos de mulheres	BARSTED, Leila Linhares Barsted.	2008	Revista Estudos Feministas
Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista	WOLFF, Cristina Scheibe.	2008	Revista Estudos Feministas
Construindo uma política feminista translocal da tradução	ALVAREZ, Sonia E.	2009	Revista Estudos Feministas
Pró-equidade de gênero: incorporando políticas de ação afirmativa no mundo do trabalho	PINTO, Elisabeth Lisboa; JÚNIOR, Hermes Andrade; DA LUZ, Rodolfo Pinto.	2009	Revista do Serviço Público
Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural	LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti.	2010	Revista Estudos Feministas
Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento	MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda.	2012	Revista Estudos Feministas
Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)	DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone.	2012	Revista Estudos Feministas
Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.	PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa.	2012	Revista Estudos Feministas
Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação	LEVY, C.; LATENDRESSE, A.; MARSAN, M. C.	2013	Cadernos Gestão Pública e Cidadania
Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe.	2014	Revista Estudos Feministas

Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina	BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; LAGO, Mara Coelho de Souza; RIFIOTIS, Theophilos.	2015	Revista Estudos Feministas
Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo	SANTOS, Cecília MacDowell.	2015	Revista Estudos Feministas
Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte.	BRASIL, F. P. D.; REIS, G. G.	2015	Revista do Serviço Público
IGUALDADE PARA TODAS: ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES DO MOVIMENTO	NOBRE, Miriam.	2016	Revista Estudos Feministas
Empoderamento ou Mudança de Situação Financeira? Um Estudo com Beneficiárias do Programa Bolsa Família	BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L.	2016	Cadernos Gestão Pública e Cidadania
Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher	MATUELLA, Iazana.	2017	Revista Estudos Feministas
Feminismos Subalternos	BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão.	2017	Revista Estudos Feministas
Estratégia-como-prática social para a construção da perspectiva de gênero nas políticas públicas em Florianópolis	BRANDT, J. Z.; LAVARDA, R. B.; LOZANO, M. S. P. L.	2017	Revista de Administração Pública
Transversalidade de Gênero: Uma Análise sobre os Significados Mobilizados na Estruturação da Política para Mulheres no Brasil	MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; FARAH, M. F. S.	2018	Revista do Serviço Público

As tramas de uma complexa rede: atores e atrizes da política de direitos reprodutivos no Brasil.	LYRA, Jorge; DANTAS, Benedito Medrado.	2019	Revista Estudos Feministas
O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?	NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano.	2019	Revista Estudos Feministas
Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil	MELO, Flávia.	2020	Revista Estudos Feministas
Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina	FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques.	2020	Revista Estudos Feministas
Difusão dos Organismos de Políticas para Mulheres nos Governos Municipais: Análise dos Determinantes da Política (1998-2014)	COSTA, M. L. W.; COÊLHO, D. B.	2020	Administração Pública e Gestão Social
Diálogos sobre a obra de Heleieth Saffioti e o feminismo de esquerda	SILVEIRA, Maria Lucia da; GODINHO, Tatau.	2021	Revista Estudos Feministas
Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil	MACIAZEKI- GOMES, Rita de Cássia et al.	2021	Revista Estudos Feministas
Maternidades em contextos educativos do PIM/RS	KLEIN, Carin.	2021	Revista Estudos Feministas